

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO**

**PROGRAMA DE GEOGRAFIA B**

**12º ano**

**Curso Tecnológico de Ordenamento do Território e Ambiente**

**Autores**

Odete Sousa Martins (coordenadora)

Alzira Silva Alberto

Manuel Gonçalves Além

**Homologação**

25/10/2002

## **ÍNDICE**

<b>1 – Gestão dos temas/conteúdos.....</b>	<b>2</b>
<b>2 – Especificação dos temas/conteúdos.....</b>	<b>3</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>15</b>

## 1 – Gestão dos temas / conteúdos

12º Ano – Geografia B (CT de Ordenamento do Território)  
**O ordenamento do território, um caminho para o desenvolvimento**

TEMAS/CONTEÚDOS	N.º DE AULAS(*) PREVISTAS
<b>1– O território da União Europeia</b>	
1.1 – Do Tratado de Roma aos nossos dias .....	<b>8</b>
1.1.1 – A organização do espaço comunitário	
1.1.2 – As tendências demográficas e socioeconómicas	
1.2 – O desenvolvimento no espaço comunitário .....	<b>12</b>
1.2.1 – As desigualdades entre os Estados-membros e entre as regiões	
1.2.2 – As grandes regiões da UE	
1.2.3 – Os problemas ambientais	
<b>2– O ordenamento do território no espaço comunitário</b>	
2.1 – As regiões de desenvolvimento prioritário .....	<b>12</b>
2.1.1 – As regiões urbano-industriais antigas	
2.1.2 – As regiões rurais profundas	
2.1.3 – As regiões de fronteira	
2.1.4 – As regiões costeiras e as ilhas	
2.2 – As grandes opções territoriais .....	<b>12</b>
2.2.1 – A reorganização dos espaços urbano e rural	
2.2.2 – O investimento nas infra-estruturas	
2.2.3 – A preservação do património natural e cultural	
<b>3– Os desafios do desenvolvimento territorial .....</b>	<b>10</b>
- a reestruturação do território	
- a Europa das regiões	
- a reorganização político/administrativa	
- a mundialização da economia e o território	
- a sustentabilidade ambiental	
<b>Estudo de caso: “O ordenamento do território e o desenvolvimento da minha região” .....</b>	<b>12</b>
<b>TOTAL DE AULAS</b>	<b>66</b>

(\*) Aulas de 90 minutos

Nota: O número de aulas previstas integra o processo de avaliação.

## 2 – Especificação dos temas / conteúdos

<b>Tema 1</b> <b>O TERRITÓRIO DA UNIÃO EUROPEIA</b>	<b>Núcleo conceptual</b> A construção da União Europeia visa a promoção do desenvolvimento e a reafirmação da Europa como centro de decisão no sistema mundial.
<b>Conceitos</b> <b>Noções básicas</b> Acordo Schengen Acto Único Europeu Banco Central Europeu Comissão Europeia Comunidade Económica Europeia (CEE) Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEA / EURATOM) Conselho da União Europeia Desemprego estrutural Deslocalização Formas de Integração Mercado Interno Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) Parlamento Europeu Plano Marshall Plano Schuman Princípio da Subsidiariedade Taxa de Desemprego Tratado de Amesterdão Tratado de Nice União Económica e Monetária (UEM) Zona Euro	<b>Subtema</b>  1.1 – Do Tratado de Roma aos nossos dias 1.1.1 – A organização do espaço comunitário - a construção da UE - a organização político/administrativa da UE 1.1.2 – As tendências demográficas e socioeconómicas - o envelhecimento da população - os problemas do emprego
	<b>No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Conhecer o processo de construção da UE;</li><li>• Compreender o papel do processo de integração na consolidação do espaço comunitário;</li><li>• Conhecer as competências dos órgãos de decisão da UE;</li><li>• Compreender as tendências demográficas na UE;</li><li>• Relacionar os problemas do emprego com a deslocalização das empresas europeias;</li><li>• Explicar a mobilidade da mão-de-obra na UE;</li><li>• Inferir a necessidade de uma maior coesão económica e social no espaço comunitário;</li><li>• Reflectir sobre o papel da UE no sistema mundial.</li></ul>

# Tema 1

O TERRITÓRIO DA UNIÃO  
EUROPEIA

## 1.1 – Do Tratado de Roma aos nossos dias

**Nível de abordagem**

O tratamento do tema 1 – *O território da União Europeia* – deve privilegiar uma abordagem que permita aos alunos compreenderem o processo de construção da UE, os seus sucessivos alargamentos espaciais e aprofundamento político-administrativo, realçando os objectivos que presidiram à sua formação, reflectindo sobre as principais dificuldades que se têm vindo a colocar ao processo de construção europeia, particularmente a prevista para 2004, sem precedentes na história da instituição. Esta abordagem pressupõe uma permanente actualização/adequação à evolução do processo de alargamento e, ainda, a caracterização demográfica e socioeconómica da UE, a análise do seu desenvolvimento territorial, assim como o seu contributo para a paz, a segurança e estabilidade.

A leccionação deste tema deve basear-se na análise de documentos publicados pelas instituições da UE, de mapas temáticos e de dados estatísticos. Sugere-se a realização de actividades que permitam o desenvolvimento de capacidades de selecção, de sistematização e de interpretação de informação diversificada, assim como o uso de técnicas de expressão gráfica e cartográfica recorrendo, sempre que possível, às TIC.

Com o subtema 1.1 – *Do Tratado de Roma aos nossos dias* –, pretende-se uma abordagem que permita aos alunos compreenderem o processo de construção da União Europeia, sobretudo a partir do Tratado de Roma, analisando a reformulação dos seus objectivos ao longo das suas diferentes etapas. Considera-se importante fazer uma breve referência às diferentes instituições da UE, sobretudo no que respeita às suas competências. Pretende-se ainda a caracterização da actual situação da UE, salientando-se a evolução do processo de integração no progressivo redimensionamento do espaço comunitário e evidenciando os aspectos demográficos e económicos mais significativos.

Com o conteúdo 1.1.1, considera-se importante fazer uma referência breve aos antecedentes da actual UE, referindo factores que estiveram na sua origem, nomeadamente o papel desempenhado pelos Planos Marshall e Schuman no processo de reafirmação da Europa do pós-guerra. Nesta abordagem, sugere-se uma análise comparativa das linhas orientadoras dos principais tratados (de Roma, de Maastricht, de Amesterdão e de Nice) que permita aos alunos compreender o processo de construção da União Europeia. Neste contexto, considera-se importante a reflexão sobre alguns dos avanços mais significativos, nomeadamente o Acordo de Schengen, o Acto Único Europeu e a União Económica e Monetária, abordando as questões relacionadas com a adesão, ou não, dos diferentes países ao Euro e a importância da coesão económica e social no processo de aprofundamento europeu. Por último, importa ainda salientar como o processo de construção da União Europeia tem contribuído para a sua afirmação enquanto centro de poder e de decisão no sistema mundial.

Com o conteúdo 1.1.2, pretende-se que os alunos expliquem as grandes tendências demográficas da EU, nomeadamente o declínio demográfico e as alterações na estrutura etária. Sugere-se ainda uma abordagem que permita aos alunos compreenderem os reflexos das características da mão-de-obra e das condições de trabalho na União Europeia, na competitividade das empresas e no aumento do desemprego estrutural. É também pertinente reflectir sobre a aparente contradição entre este aumento e as migrações de trabalho envolvendo mão-de-obra de qualificação muito distinta (trabalhadores sem qualificação, por um lado, e os de alta formação técnica, por outro lado). Por último, é conveniente uma reflexão sobre o modo como a volatilidade do emprego desencadeia um aumento da mobilidade da população a diversas escalas (inter-regional, intra-regional e intracomunitária) e de que forma o Acordo de Schengen vem solucionar, ou não, esta problemática.

# Tema 1

## O TERRITÓRIO DA UNIÃO EUROPEIA

### Conceitos

#### Noções básicas

Centro / Periferia  
Competitividade  
Crescimento económico  
Desenvolvimento  
Exclusão social  
Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)  
Índice de desenvolvimento humano (IDH)  
Índice de pobreza humana (IPH)  
Índice de realização tecnológica (IRT)  
Índice sintético de desenvolvimento regional (ISDR)  
Investigação & Desenvolvimento (I&D)  
Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT)  
Ordenamento territorial  
Paridade do poder de compra (PPC)  
PIB *per capita*  
PNB *per capita*  
Produtividade  
Regiões europeias  
Regiões funcionais  
Regiões homogéneas  
Regiões reticulares  
Segregação espacial

### Núcleo conceptual

A construção da União Europeia visa a promoção do desenvolvimento e a reafirmação da Europa como centro de decisão no sistema mundial.

### Subtema

#### 1.2 – O desenvolvimento no espaço comunitário

##### 1.2.1 - As desigualdades entre os Estados-membros e entre as regiões

- os “centros” e as “periferias”
- o emprego/o desemprego

##### 1.2.2 - As grandes regiões da UE

- a cooperação inter-regional
- os contrastes internos

##### 1.2.3 – Os problemas ambientais

- a poluição atmosférica
- a crise dos recursos hídricos e dos solos
- a perda da biodiversidade

### No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- Debater a dificuldade de medir o desenvolvimento em diferentes realidades;
- Reconhecer as desigualdades de desenvolvimento entre os países da UE;
- Debater a necessidade de articulação entre a política económica e a de emprego;
- Reconhecer as disparidades entre as grandes regiões europeias;
- Debater a importância da cooperação inter-regional no atenuar das assimetrias;
- Reconhecer as desigualdades de desenvolvimento intra-regionais;
- Reflectir sobre a exclusão social e a segregação espacial no interior das regiões;
- Inferir a necessidade de uma maior coesão económica e social no espaço comunitário;
- Conhecer os princípios fundamentais da política comunitária de ambiente;
- Analisar os impactos do modelo de crescimento económico e dos padrões de consumo no ambiente;
- Explicar os problemas na qualidade e na quantidade da água disponível;
- Compreender os impactes das diferentes utilizações do solo na sua degradação/valorização;
- Relacionar a poluição atmosférica com a produção e o consumo de energia;
- Explicar a perda da biodiversidade no espaço comunitário;
- Reflectir sobre a valorização da componente ambiental no ordenamento do território.

# Tema 1

O TERRITÓRIO DA UNIÃO  
EUROPEIA

## 1.2 – O desenvolvimento no espaço comunitário

**Nível de abordagem**

O tratamento do subtema 1.2 – *O desenvolvimento no espaço comunitário* – deve evidenciar os contrastes de desenvolvimento existentes entre os vários Estados-membros, salientando a necessidade de atenuar as assimetrias regionais. Pretende-se ainda caracterizar as desigualdades existentes entre as várias regiões da UE, assim como os contrastes no interior de cada região, o que pressupõe a inventariação dos principais problemas ambientais.

Com o conteúdo 1.2.1, pretende-se que os alunos realizem uma análise comparativa de indicadores e índices estatísticos que lhes permitam identificar os diferentes níveis de desenvolvimento dos vários Estados-membros, nomeadamente o IDH, o IPH (1 e 2) e o PIB *per capita* em PPC. A este propósito, propõe-se uma reflexão sobre a validade e as limitações dos indicadores/índices que normalmente são utilizados, bem como a necessidade de efectuar diferenciações por género, por idade, por grupo étnico e/ou por escala de análise. É importante também reflectir sobre o contributo das características da mão-de-obra nas desigualdades entre Estados-membros, pelo que se sugere o debate sobre a flexibilização laboral interligada com a formação/reconversão profissional e como forma de melhorar os níveis de produtividade e combater o desemprego. Neste contexto, sugere-se que a análise destes dados seja feita à escala nacional e regional, permitindo aos alunos compreenderem as dificuldades de concretização de um desenvolvimento territorial equilibrado. Considera-se também importante a comparação das desigualdades de desenvolvimento entre os países do espaço comunitário e dos países candidatos à UE, sugerindo-se a NUT II como a escala de análise mais adequada.

No conteúdo 1.2.2, sugere-se uma abordagem que permita aos alunos debaterem os critérios de identificação das regiões (as homogéneas, as funcionais e as reticulares), e uma análise que leve à caracterização das grandes regiões europeias (a Diagonal Continental/Pentágono, o Arco Atlântico/ Fachada Atlântica, o Arco Mediterrânico, o Mediterrâneo e as regiões ultraperiféricas), identificando as assimetrias existentes entre elas. Pretende-se que os alunos identifiquem contrastes no interior das grandes regiões e debatam questões como a exclusão social e as bolsas de pobreza, cada vez mais acentuadas, salientando a sua persistência mesmo nos centros urbanos de elevado crescimento económico. No final desta análise, sugere-se o debate sobre a necessidade de uma maior cooperação no interior do espaço comunitário, bem como o papel que os vários instrumentos da política regional podem ter no incremento dessa cooperação no atenuar dos desequilíbrios inter e intra-regionais. Sugere-se o recurso aos conhecimentos adquiridos no ano anterior, na disciplina de Técnicas de Ordenamento do Território, sobre a importância dos Fundos Estruturais e de Coesão.

Com o conteúdo 1.2.3, pretende-se uma inventariação e caracterização dos problemas ambientais que afectam o território comunitário, nomeadamente a poluição atmosférica relacionada com a produção e o consumo de energia, a degradação dos recursos hídricos e dos solos, assim como a redução da biodiversidade, fazendo uma especial referência aos resíduos sólidos. Sugere-se uma reflexão sobre o modo como o modelo de crescimento económico associado aos padrões de consumo na Europa contribui para a degradação e delapidação dos recursos naturais. Neste contexto, considera-se pertinente sensibilizar os alunos para a importância das atitudes individuais e colectivas na solução das situações inventariadas.

## Tema 2

### O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO ESPAÇO COMUNITÁRIO

#### Conceitos

#### Noções básicas

Águas territoriais  
Complementaridade  
Cooperação inter – regional  
Cooperação transnacional  
Deseconomia de escala  
Economia de escala  
Frota de pesca  
Insularidade  
Navegação de cabotagem  
Quotas de pesca  
Recurso piscícola  
Região industrial especializada  
Região periférica  
Região transfronteiriça  
Renovação tecnológica  
Segregação social  
Tecido industrial  
Tipos de pesca  
Zona Económica Exclusiva (ZEE)  
Zona de Protecção Especial (ZPE)

#### Núcleo conceptual

O ordenamento do território constitui um caminho para alcançar o desenvolvimento territorial equilibrado e sustentável no espaço comunitário, através do reforço da cooperação e da interdependência entre os seus territórios.

#### Subtema

##### 2.1 – As regiões de desenvolvimento prioritário

###### 2.1.1 - As regiões urbano-industriais antigas

- o acentuar dos problemas sociais
- a degradação das infra-estruturas

###### 2.1.2 – As regiões rurais profundas

- a perda de importância da agricultura na economia

###### 2.1.3 – As regiões de fronteira

- a periferação das fronteiras externas
- a cooperação transfronteiriça

###### 2.1.4 - As regiões costeiras e as ilhas

- a dependência da actividade turística e/ou da pesca
- os custos da insularidade

#### No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- Conhecer os problemas que afectam as regiões urbano-industriais antigas;
- Relacionar o crescimento das pequenas e médias cidades com a criação de incentivos à população;
- Conhecer os problemas de desenvolvimento do mundo rural;
- Debater a importância actual da agricultura na actividade económica;
- Valorizar a preservação da agricultura tradicional e a extensificação como factor de desenvolvimento endógeno das regiões rurais;
- Explicar a tendência para a periferação das regiões de fronteira da UE;
- Explicar o papel da cooperação no desenvolvimento das regiões de fronteira dentro do espaço comunitário;
- Reconhecer a grande diversidade de áreas costeiras e insulares existentes na UE;
- Debater a importância da actividade turística e/ou da pesca na economia das regiões costeiras e insulares;
- Relacionar a dificuldade no desenvolvimento das ilhas com os custos da insularidade.



## Tema 2

### O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO ESPAÇO COMUNITÁRIO

### 2.1 - As regiões de desenvolvimento prioritário

#### Nível de abordagem

O tratamento do tema 2 – *O ordenamento do território no espaço comunitário* – deve privilegiar uma abordagem que permita aos alunos compreenderem como as grandes opções territoriais, para o espaço comunitário, visam alcançar o desenvolvimento territorial integrado das suas regiões, com particular destaque para aquelas que são consideradas de desenvolvimento prioritário. Considera-se pertinente efectuar um balanço da Política de Coesão Económica e Social, salientando os aspectos menos bem sucedidos.

A leccionação deste tema deve ter como base a análise de relatórios e de outros documentos emanados da UE, onde se apresentam as propostas e os projectos comunitários. Sugere-se a recolha e a análise de dados estatísticos diversificados sobre este tema, designadamente a consulta das estatísticas do *Eurostat* e o recurso, sempre que possível, às TIC.

Com o subtema 2.1 – *As regiões de desenvolvimento prioritário* –, pretende-se uma caracterização das regiões que são objecto de preocupação e de intervenção ao nível das políticas comunitárias, tendo em vista o seu desenvolvimento.

Com o conteúdo 2.1.1, pretende-se uma inventariação dos problemas que caracterizam as áreas urbanas de industrialização antiga e em declínio. Sugere-se que se equacionem aspectos como a perda de população, a segregação socioeconómica, o aumento da população imigrante e a desadequação no uso do solo urbano como consequência, em parte, do abandono e da degradação das infra-estruturas devido a deseconomias de escala. A este propósito, sugere-se a referência às iniciativas comunitárias URBAN.

Com o conteúdo 2.1.2, pretende-se que se proceda à inventariação dos problemas que afectam as áreas rurais profundas. Assim, considera-se importante avaliar o peso do sector agrícola na economia e realçar os desequilíbrios entre os países do centro e os países da periferia da comunidade. Sugere-se ainda que se debata a necessidade de preservação dos espaços agrários tradicionais, valorizando a prática de uma agricultura menos intensiva, tendo em vista a manutenção de explorações familiares. A este propósito, sugere-se a referência à iniciativas comunitárias LEADER.

Com o conteúdo 2.1.3, pretende-se caracterizar a natureza periférica das regiões fronteiriças da UE, evidenciando o maior afastamento relativamente aos grandes centros de decisão e a possibilidade dessas regiões virem a ocupar uma posição mais “central”, numa comunidade mais integrada. A este respeito, é importante também abordar casos de cooperação entre regiões transfronteiriças, referenciando o papel de iniciativas comunitárias como a INTERREG que inclui, também, programas de cooperação transnacional e inter-regional. No momento da leccionação deste conteúdo, deve-se ter em atenção a situação das fronteiras decorrente do alargamento do espaço comunitário.

Com o conteúdo 2.1.4, pretende-se evidenciar a diversidade das regiões costeiras e insulares em termos de características geomorfológicas, de densidade populacional e da natureza das actividades económicas; sugere-se também a análise da diferente repartição destas regiões pelos vários Estados-membros. Neste âmbito, propõe-se o debate sobre a grande dependência que algumas destas regiões apresentam relativamente à actividade turística e/ou piscatória e as consequências que daí advêm. Quanto à actividade da pesca, é importante realçar os problemas resultantes da aplicação da Política Comunitária de Pescas, nomeadamente em áreas onde esta actividade ocupa grande percentagem de população activa. No que concerne à actividade turística, é relevante o tratamento do problema resultante da ocupação crescente dos terrenos costeiros para a implantação de estâncias turísticas e de infra-estruturas de lazer e de tempos livres. No que diz respeito às ilhas, é importante que se realce os maiores custos de transporte comparativamente às regiões continentais e que se debatam os problemas no desenvolvimento que daí advêm.

# Tema 2

## O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO ESPAÇO COMUNITÁRIO

### Conceitos

#### Noções básicas

Avaliação de impacte ambiental  
Cidade-compacta  
Cidade-porta  
Competitividade territorial  
Corredores ecológicos  
Desenvolvimento endógeno  
Desenvolvimento policêntrico  
Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)  
Euro-corredor  
Info-estruturas  
Parcerias  
Plano Nacional da Água  
Rede Natura 2000  
Região Metropolitana  
Reserva Ecológica Nacional  
Ruralização  
Teletrabalho

### Núcleo conceptual

O ordenamento do território constitui um caminho para alcançar o desenvolvimento territorial equilibrado e sustentável no espaço comunitário, através do reforço da cooperação e da interdependência entre os seus territórios.

### Subtema

#### 2.2 – As grandes opções territoriais

##### 2.2.1 – A reorganização dos espaços urbano e rural

- a reestruturação do sistema urbano europeu
- o desenvolvimento do espaço rural
- as novas relações cidade-campo

##### 2.2.2 – O investimento nas infra-estruturas

- a melhoria das redes de transporte e de comunicações
- a difusão da inovação e do conhecimento

##### 2.2.3 – A preservação do património natural e cultural

- a gestão dos recursos naturais
- a gestão das paisagens naturais e culturais

### No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- Identificar os grandes objectivos da política de desenvolvimento territorial da UE;
- Conhecer estratégias para um desenvolvimento territorial policêntrico;
- Discutir a necessidade de incrementar a competitividade das cidades;
- Conhecer estratégias diversificadas com vista ao desenvolvimento endógeno das regiões rurais;
- Relacionar a valorização e preservação das paisagens rurais com as tendências de ruralização;
- Debater a importância da complementaridade entre as cidades e as regiões envolventes nas novas parcerias cidade-campo;
- Compreender o papel das redes de transporte e de comunicação no desenvolvimento territorial equilibrado;
- Debater a importância da inovação e do conhecimento como factor atractivo de uma região;
- Conhecer estratégias de reabilitação de paisagens rurais e urbanas que constituem património natural e cultural;
- Debater a importância da cooperação inter-regional e transnacional na gestão dos recursos naturais.

## Tema 2

### O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO ESPAÇO COMUNITÁRIO

### 2.2 - As grandes opções territoriais

#### Nível de abordagem

Com o subtema 2.2 – *As grandes opções territoriais* –, pretende-se uma abordagem que permita aos alunos compreenderem de que forma os três grandes objectivos preconizados pelo EDEC – a) a coesão económica e social; b) a conservação e gestão dos recursos naturais e do património cultural; c) a competitividade mais equilibrada do território comunitário – originam opções estratégicas diferenciadas a nível territorial, de acordo com a situação económica, social e ambiental das várias regiões, mas tendo sempre em vista um desenvolvimento territorial equilibrado. Na abordagem deste subtema, deve ser evidenciado o estatuto voluntarista do EDEC, uma vez que a política de Ordenamento do Território não está consignada em qualquer tratado, resulta apenas da vontade unânime dos Estados-membros.

Com o subtema 2.2.1, considera-se importante que os alunos analisem as diversas estratégias que estão a ser implementadas com vista a um desenvolvimento do sistema urbano mais equilibrado e policêntrico que promova simultaneamente a atractividade e a competitividade das cidades. Neste âmbito, sugere-se a referência a alguns casos, como o desenvolvimento das cidades-porta (as que dão acesso ao território comunitário) e das cidades-compactas (que visam o controle da expansão urbana excessiva). Pretende-se também a análise de estratégias que visam o desenvolvimento endógeno das zonas rurais, as quais procuram assegurar a sustentabilidade da agricultura e a diversificação dos usos dos solos agrícolas, assim como o reforço das sinergias entre espaço rural e espaço urbano, procurando ultrapassar a tradicional clivagem cidade/campo.

Com o subtema 2.2.2, pretende-se que os alunos compreendam de que forma a integração dos sistemas de transporte e de comunicações contribuem para o desenvolvimento equilibrado do território comunitário e são um factor determinante na difusão da inovação e no acesso ao conhecimento. Neste âmbito, considera-se pertinente salientar o papel das TIC, não só na sua difusão, como também na educação e na formação/reconversão profissional, tendo em conta que o desenvolvimento das info-estruturas e das telecomunicações desempenha um papel fundamental no processo de integração europeia e no aumento da competitividade das cidades e das regiões. Sugere-se o debate sobre as consequências que o “trabalho electrónico” terá na localização/deslocalização das empresas e no comportamento humano.

Com o subtema 2.2.3, pretende-se que os alunos compreendam como os problemas ambientais têm também uma componente social e política, devendo ser destacado que a UE procura compatibilizar, cada vez mais, o crescimento económico com a protecção ambiental e a gestão dos recursos. Na preservação do património, considera-se pertinente salientar a importância da Rede Natura 2000, nomeadamente o papel das Zonas de Protecção Especial (ZPE) e dos corredores ecológicos. É ainda importante debater a gestão criativa do património natural e cultural, veiculando a ideia de que as paisagens culturais são a expressão da identidade europeia e são importantes não só no ambiente quotidiano, como também um atractivo turístico, factor relevante no desenvolvimento territorial.

# Tema 3

## OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

### Conceitos

#### Noções básicas

*Ambientalismo*

Comité das Regiões

Critérios de adesão

Globalização

Glocalização

Índice de Sustentabilidade

Ambiental

*Industrialismo*

Mundialização

Política Europeia de

Segurança Comum

(PESC)

### Núcleo conceptual

Os desafios e as prioridades que se colocam ao desenvolvimento territorial do espaço comunitário para o século XXI são geradores de novas dinâmicas de transformação da sociedade e da economia.

### Tema

#### 3 – Os desafios do desenvolvimento territorial

- a reestruturação do território
- a Europa das regiões
- a reorganização político/administrativa
- a mundialização da economia e o território
- a sustentabilidade ambiental

### No final deste tema o aluno deve ser capaz de :

- Problematizar os impactos do alargamento do espaço comunitário;
- Compreender a emergência das regiões enquanto agentes de negociação e do aprofundamento da UE;
- Equacionar os constrangimentos dos modelos de organização política da UE;
- Debater a necessidade de conciliação entre o processo de alargamento e o processo de aprofundamento;
- Reconhecer os impactos da mundialização na economia nos territórios comunitários;
- Compreender a necessidade da valorização/protecção como forma de gestão equilibrada dos recursos hídricos e dos solos;
- Equacionar estratégias de conservação e gestão racional dos recursos energéticos;
- Conhecer as principais opções estratégicas para a manutenção da biodiversidade;
- Inventariar os sectores económicos beneficiados pelas políticas de protecção ambiental;
- Equacionar a necessidade de uma nova atitude face ao consumo no sentido de um ambiente sustentável;
- Debater a necessidade de procurar novos modelos de desenvolvimento com base na sustentabilidade ambiental.

# Tema 3

## OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

### Nível de abordagem

O tratamento do tema 3 – *Os desafios do desenvolvimento territorial* – deve privilegiar uma abordagem que possibilite aos alunos compreenderem que, num mundo em mudança acelerada, muitos são os desafios que se colocam à União Europeia e para os quais se pretende mostrar uma visão global sobre as perspectivas futuras, valorizando aspectos qualitativos e voluntaristas num contexto de múltiplas escolhas. Pretende-se que esta abordagem tenha como base referencial os espaços/territórios (do local ao global, do rural ao urbano) e as pessoas que os habitam. Neste tema, optou-se pela não desagregação em subtemas, a fim de valorizar uma visão mais integradora das questões aqui abordadas.

A leccionação deste tema deve ter como base a análise de relatórios e de outros documentos emanados da UE, onde se apresentam as propostas e os projectos comunitários para os próximos anos. Sugere-se a recolha e a análise de dados estatísticos diversificados sobre este tema, designadamente a consulta das estatísticas do *Eurostat* e o recurso, sempre que possível, às TIC.

Pretende-se que os alunos equacionem os vários desafios que se colocam à União Europeia com os futuros alargamentos, sendo importante a reflexão sobre os seus impactos, nomeadamente para Portugal, quanto às alterações do poder de decisão dos pequenos países, à repartição dos fundos comunitários, equacionando também os impactos da reestruturação do território comunitário para o desenvolvimento dos vários países. A este propósito, sugere-se a referência a programas de apoio aos países candidatos à UE, nomeadamente o PHARE (Programa de Apoio aos países da Europa Central candidatos à UE).

Considera-se igualmente pertinente o debate sobre a necessidade de uma nova organização política baseada no Princípio da Subsidiaridade, questionando qual o modelo de organização mais adequado e que respeite a diversidade nacional de cada Estado-membro. Neste âmbito, importa equacionar até que nível de aprofundamento pode avançar a UE se não se concretizar a união política.

A “Europa das regiões” é outro dos desafios sobre o qual se sugere o debate onde se saliente a perspectiva, cada vez mais acentuada, das regiões constituírem os interlocutores directos com os órgãos de poder e de decisão da UE. Importa evidenciar os aspectos que unem as regiões, bem como aqueles que as dividem. Neste contexto, sugere-se a referência ao dinamismo do Arco Atlântico/Fachada Atlântica, que procura criar um eixo motriz de cooperação do litoral atlântico valorizando os recursos endógenos de toda esta região.

No que respeita às questões da mundialização da economia, sugere-se uma abordagem que permita aos alunos analisarem os seus impactos a várias escalas de análise, bem como a compreensão das dificuldades de competitividade sentidas pela União Europeia e que têm conduzido ao aumento do desemprego e à diminuição dos salários reais, realçando assim a necessidade de uma maior coesão económica e social.

Por último, considera-se importante debater os desafios da política ambiental da UE, sobretudo no que respeita à gestão da água e dos solos, ao equilíbrio da energia/ambiente e à manutenção da biodiversidade. Neste âmbito, importa salientar a necessidade de avaliação das condicionantes/restrições ambientais, bem como a obrigatoriedade de estudos de impacte ambiental, o que mostra o esforço da UE em integrar a componente ambiental no ordenamento do território. Importa ainda reflectir sobre as dificuldades de conciliação entre a competitividade das empresas da UE e a protecção ambiental, bem como a necessidade de substituição do paradigma *Industrialismo* pelo paradigma *Ambientalismo*, como um dos grandes desafios para o século XXI.

<b>ESTUDO DE CASO</b>	<p><b>Núcleo conceptual</b></p> <p>O desenvolvimento regional como resultado da aplicação de estratégias de ordenamento do território adaptadas à realidade socioeconómica e ambiental de cada região.</p>
	<p><b>Estudo de caso</b></p> <p>“O ordenamento do território e o desenvolvimento da minha região”</p>
	<p><b>No final deste estudo, o aluno deve ser capaz de:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inventariar os instrumentos de planeamento/ordenamento implementados ou a implementar na sua região;</li> <li>• Identificar os instrumentos do QCA III disponíveis à escala da sua região;</li> <li>• Relacionar o desenvolvimento regional com a aplicação de políticas comunitárias sectoriais;</li> <li>• Inventariar problemas no ordenamento territorial na sua região;</li> <li>• Debater a necessidade de articular o ordenamento a diferentes escalas;</li> <li>• Valorizar a preservação do património natural e cultural nos planos de ordenamento do território;</li> <li>• Investigar a presença da componente ambiental no ordenamento da sua região;</li> <li>• Apresentar propostas concretas de resolução dos problemas territoriais detectados na sua região;</li> <li>• Debater o impacto das estratégias de ordenamento do território implementadas na sua região;</li> <li>• Debater a importância da participação do indivíduo e da sociedade nos processos de desenvolvimento regional.</li> </ul>

O estudo de caso apresenta-se como uma oportunidade para os alunos realizarem um estudo experimental aplicado à região onde vivem, utilizando para o efeito os conhecimentos que adquiriram ao longo dos três anos lectivos. Neste estudo, pretende-se que os alunos compreendam a interdependência e a inter-relação entre as políticas sectoriais da União Europeia, os planos nacionais e regionais no âmbito do ordenamento do território e os seus impactos no desenvolvimento territorial da região onde vivem. Este facto não inviabiliza a possibilidade de os alunos realizarem trabalhos sobre outras regiões, o que poderá constituir um factor de enriquecimento.

O estudo de caso apresenta-se como uma metodologia de abordagem adequada ao estudo experimental, permitindo a concretização, a aplicação e a síntese das aprendizagens essenciais. Esta abordagem metodológica pode-se realizar a partir do tema proposto ou de outro considerado mais conveniente, uma vez que o essencial é a metodologia e a possibilidade do estudo experimental. Neste contexto, o estudo de caso, apesar de apresentado no final do programa, pode igualmente ser efectuado ao longo deste.

Considera-se essencial o recurso à metodologia de trabalho de projecto, incluindo o trabalho de campo, a pesquisa bibliográfica, a recolha e o tratamento de informação recorrendo a fontes diversas. Sugere-se ainda a possibilidade de elaboração de mapas com propostas de ordenamento de território da região onde os alunos vivem, assim como actividades que lhes permitam interagir com a comunidade local. Os alunos poderão articular este trabalho com outras disciplinas da componente científico-tecnológica, nomeadamente a disciplina de especificação e, eventualmente, preparar elementos que facilitem a realização da prova de aptidão tecnológica (PAT).

O trabalho deve ser orientado para a apresentação de propostas concretas de ordenamento do território com o intuito da valorização e preservação das paisagens dessa região. Neste contexto, sugere-se que se analisem alguns dos aspectos mais relevantes em termos de ordenamento territorial da região estudada, nomeadamente os que dizem respeito à manutenção da biodiversidade e à protecção de áreas sensíveis (no quadro dos objectivos da Rede Natura e da criação de Zonas de Protecção Especial e/ou de Zonas Especiais de Conservação); à protecção e à valorização das áreas costeiras e dos estuários (tendo por base os Planos de Ordenamento da Orla Costeira – POOC, e/ou outros instrumentos de planeamento); à protecção da paisagem rural (através da manutenção das populações no espaço rural e das suas actividades complementadas com novas actividades ligadas aos serviços); e à intervenção em áreas críticas, as quais constituem desafios à recuperação ambiental e à reabilitação e dinamização da economia regional e local (áreas urbanas em processo de despovoamento ou com actividade industrial antiquada, áreas de solos contaminados ou com problemas de poluição difusa).

As sugestões anteriores podem ser complementadas ou substituídas por outras actividades, consideradas mais adequadas ao contexto escolar, nomeadamente com o Projecto Educativo de Escola.

## **Bibliografia**



## **Bibliografia\***

### Bibliografia geral de carácter científico

Comissão Europeia (1999). *EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Esta obra é fundamental para a leccionação do programa do 12º ano de Geografia B do Curso Tecnológico de Ordenamento do Território, uma vez que é um contributo para a política de desenvolvimento territorial, uma nova dimensão da política europeia aprovada no Conselho informal de Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território, em Maio de 1999. É constituída por duas partes: a primeira, um contributo para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE; a segunda, relativa às tendências, perspectivas e desafios do desenvolvimento territorial na UE.

MAOT (2001). *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade* (versão para discussão pública). Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

Esta publicação, embora seja uma versão para discussão pública, contém as opções estratégicas fundamentais relativas à Conservação da Natureza e à Biodiversidade. É constituída por cinco capítulos, dos quais se destacam os dois primeiros relativos aos princípios, objectivos e opções estratégicas fundamentais que norteiam a referida Estratégia, e o terceiro capítulo onde se apresenta as orientações no sentido da integração de políticas e se fixa as linhas orientadoras para a elaboração de planos de acção.

MARN (1995). *Plano Nacional da Política de Ambiente*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.

Esta obra, constituída por dois volumes, sistematiza as múltiplas iniciativas que à data estavam previstas ou em curso no sentido de concretizar o primeiro Plano Nacional de Política do Ambiente, sendo um instrumento de referência na condução de Portugal para um modelo de desenvolvimento sustentável. O segundo volume apresenta, entre outros anexos relevantes, a caracterização sumária do estado do ambiente.

Ministério do Planeamento (1999). *Portugal, Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006*. Lisboa: Ministério do Planeamento.

Esta obra, dividida em nove capítulos, constitui a proposta portuguesa de enquadramento, orientação estratégica, sistematização operacional, programação financeira e estrutura organizativa que deu origem ao estabelecimento do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006). Articula-se com o pressuposto no Plano

Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), que tem uma abrangência e um alcance mais amplos que o PDR e, ainda, na perspectiva comunitária, com o processo de reforma dos Fundos Estruturais.

**Sugere-se, ainda, a consulta da seguinte bibliografia:**

Comissão das Comunidades Europeias (1994). *Europa 2000+*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão Europeia (2001). *Sexto relatório periódico relativo à situação socioeconómica e ao desenvolvimento das regiões da UE*. Luxemburgo: Serviços da Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão Europeia (2001). *Unidade da Europa, Solidariedade dos Povos, Diversidade dos Territórios*. Luxemburgo: Serviços da Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão Europeia (2002). *Primeiro relatório preliminar sobre a Coesão*. Direcção-Geral da Política Regional.

Comissão Europeia e Ministério do Planeamento (2000). *Quadro Comunitário de Apoio III, Portugal 2000-2006*. Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.

Fernandes, A. J. (1989). *Portugal Face à Política Regional da Comunidade Europeia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Henriques, A. G. (1999). *Planeamento de recursos hídricos rumo a um desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Instituto da Água.

MAOT/DGOTDU (2000). *Relatório do Estado do Ordenamento do Território 1999*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Mateus, A. *et al.* (1995). *Portugal XXI, Cenários de Desenvolvimento*. Lisboa: Bertrand Editora.

MEPAT/DGOTDU (1999). *O Território para o Século XXI – Ordenamento, Competitividade e Coesão – Seminário Internacional. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT): Resumos*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Partidário, M.R. (1999). *Introdução ao Ordenamento do Território*. Lisboa: Universidade Aberta.

PNUD (2001). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2001*. Lisboa: Trinova Editora.

PNUD (2002). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2002*. Lisboa: Trinova Editora.

\* Bibliografia específica deste programa a ser integrada na Bibliografia Geral